MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 7/2018

SESSÃO ORDINÁRIA DE

06/12/2018

"Nos termos do art.º 56.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões".

MUNICÍPIO DE MIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----Aos seis dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, pelas dezoito horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência do Ex.mo Sr. Dr. Mário Ribeiro Maduro, secretariado pelo Sr. Prof. Nelson Miranda Cadete, 1.º Secretário, e pela Sr.ª Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, 2.ª Secretária, com a seguinte Ordem do Dia: ----------

-----PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" (Art.º 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Art.º 53.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro):----------

-----PONTO UM: **Apreciação do relatório do Sr. Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro ----------**

-----PONTO DOIS: **Aprovação do orçamento, opções do plano, autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais e mapa de pessoal para o ano de 2019, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na atual redação, do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação ----------**

-----PONTO TRÊS **Aprovação, nos termos preconizados da alínea a) do nº, 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, da 7ª. revisão orçamental e 6ª. revisão às GOP's – Ano de 2018. ----------**

-----PONTO QUATRO: **Aprovação, ao abrigo do previsto nas alíneas c), do nº. 1, do artº. 25º. e ccc), do artigo 33º. e no nº. 3, do artº. 35º., do Anexo I, da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação, da isenção de IMI para edifícios de 1ª. habitação, total ou parcialmente danificados pelos incêndios ocorridos no Concelho de Mira no dia 15 de outubro de 2017. ---**

-----**PONTO CINCO: Aprovação, nos termos do disposto no nº. 4 do art.º 121º do DL nº 80/2015, de 14 de maio, da alteração, por adaptação, do Plano Diretor Municipal de Mira ao Programa de Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POC-OMG).**----------

-----**PONTO SEIS: Aprovação, nos termos do disposto no nº. 4 do art.º 121º do DL nº 80/2015, de 14 de maio, da alteração, por adaptação, do Plano de Urbanização da Praia de Mira ao Programa de Orla Costeira Ovar – Marinha Grande (POC-OMG).**----------

-----**PRESENÇA DO EXECUTIVO**----------

-----Em representação do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Raul José Rei Soares de Almeida, o Sr. Vereador, Nelson Teixeira Maltez, a Sr.ª Vereadora, Dr.ª Dulce Helena Ramos Cainé, e o Sr. Vereador, Dr. Fernando José Domingues Madeira.----------

-----**PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**----------

-----Estiveram presentes nesta sessão os Senhores: Dr. Mário Ribeiro Maduro, Prof. Nelson Miranda Cadete, Carlos Jorge dos Santos Nora, Eng.ª Regina Maria Duarte Serrano, Enf.ª Maria Leonor Cruz Reigota Tomás Borralho, Sara Patrícia Ferreira Braguês em substituição do Dr. Marco António de Melo Santos, Pedro Nunes, Prof. Paulo Jorge dos Santos Grego, Prof. Carlos Manuel Domingues Veríssimo, Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, Sr.ª Prof.ª Vera Lúcia de Jesus Manco, Luís Filipe Alcaide Antunes em substituição da Sra. Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira, Adolfo José Figueiredo Ribeiro Maçarico, Dr. Carlos Ventura Pimentel Castelhano, Eng.º André Frederico Guilhoto Monteiro, Zélia Domingues Morais em substituição do Sr. João André Reigota Gomes, Enf.º Manuel Ferreira Inocêncio, Dr.ª Marta Sofia Cunha e Silva, Dr.ª Telma Milene Magueta Salvador, Prof.ª Maria Clara Simões Clemente, Pedro Jorge Morais Laranjeiro e os Presidentes das Juntas de Freguesia: de Mira, Sr. Prof. Artur Jorge Ribeiro Fresco; da Praia de Mira, Sr. Dr. Francisco

Daniel Soares Reigota; do Seixo, Sr. Dr. Tiago Daniel Castro da Cruz; e dos Carapelhos, Sr. Gabriel Miranda de Pinho. ----------

-----FALTAS----------

---- Verificou-se a falta do Dr. Marco António de Melo Santos e da Sra. Dr.ª Joana Mafalda da Fonseca Avelino Muralha Teixeira ----------

-----HORA DE ABERTURA ----------

-----Os trabalhos tiveram início às dezoito horas e dez minutos após a verificação de quórum, com as presenças e as ausências anteriormente referidas. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** informou os presentes do pedido de renúncia do Eng.º João Manuel Domingues M. Prina e que o Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes iria substituí-lo. ----------

---- De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o resultado do ato eleitoral ocorrido em 01/10/2017 cujo apuramento geral foi publicado através de edital de 03 de outubro de 2017, o Sr. Hugo Daniel de Pinto Coelho Gomes, com o cartão de cidadão nº. 13490908, válido até 09.12.2019, residente na Avenida Manuel Milheirão, 68, na Praia de Mira, eleito pelo PS (Partido Socialista), o qual prestou o devido juramento legal. ----------

---- O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia informou também que o Sr André Reigota Gomes tinha apresentado um pedido de suspensão, pelo período de 12 meses e que a Profª. Zélia Domingues Morais iria substituí-lo. ----------

---- De seguida, verificada a respetiva identidade e legitimidade, assumiu funções, nos termos das disposições contidas nos artigos 47.º e 79.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e de acordo com o resultado do ato eleitoral ocorrido em 01/10/2017 cujo apuramento geral foi publicado através de edital de 03 de outubro de 2017, a Profª. Zélia Domingues Morais, com o cartão de cidadão nº. 06969471, válido até 13.05.2018, residente na Rua Central, 43, em Carromeu - Mira, eleita pelo PS (Partido Socialista), a qual prestou o devido juramento legal.

-----Posto isto, o Sr. Presidente da Mesa deu os votos de boas-vindas aos novos elementos da Assembleia Municipal e considerou-os investidos nas novas funções.----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao "Período de Antes da Ordem do Dia". ----------

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (Artigo 52.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro). ----------

-----APROVAÇÃO DE ATAS ----------

-----ATA DE 28 DE JUNHO DE 2018----------

-----A ata n.º 4, de 28 de junho de 2018, foi submetida à apreciação dos Membros da Assembleia. ----------

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, dizendo que não iria fazer uma correção aquela ata, mas sim um pedido para a mesma ser retirada de votação. Justificou a sua posição pois, não estariam esplanadas as suas intervenções de uma forma fidigna, deu como exemplo as páginas 6,7,15 e 17. Mais disse, que nenhuma das suas intervenções seriam realidade. ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** dizendo que concordaria com a justificação do Sr. Dr. Francisco Reigota, no entanto, relembrou que as atas não teriam de plasmar tudo o que era dito, mas sim de alguma maneira referir a ideia. Mas não seria por isso que não se procederia aquelas correções. ----------

---- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** que começou por cumprimentar todos os presentes e iniciou a sua intervenção por esclarecer que a Lei permitiria duas situações de atas, ou seja, elas poderiam ser feitas por resumo do que teria sido dito e as gravações seriam guardadas. Disse ter alguma dificuldade em entender o que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira quereria uma vez que ele próprio como teria dito não se lembrava de tudo o que teria dito. ---------

---- Salientou que erros nas atas sempre teriam existido e que correções seriam

sempre feitas, deu o exemplo que ele próprio faria muitas vezes algumas correções acerca do que se diria. Quis deixar uma palavra às funcionárias que redigiam as atas, pois fariam o seu melhor e que sempre o teriam feito da mesma forma ao longo do tempo. No entanto, a Assembleia tomaria a decisão que achasse melhor, pois a dificuldade de ir aos detalhes era muito difícil. ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** referindo que a correção das atas teria sido sempre feita na hora e que não via a necessidade de retirar a mesma. Com toda a sinceridade não via o porquê de a tirar. ----------

---- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota**, que nunca teria pedido para nenhuma ata ser retirada até aquele dia, no entanto, a questão seria que se fosse aprovada ela seria publicada daquela forma e que a correção só viria na próxima ata e que quem a lesse, seria com erro, pois todas as sua intervenções estavam erradas.-

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** referindo que a ata primeiro seria corrigida e depois publicada. ----------

---- Interveio a **Coordenadora Técnica, Olívia Eulálio** esclarecendo que a ata ao ser aprovada naquele dia ela ficaria disponibilizada no site da CMM, pois estaria aprovada e produziria efeitos. Só na ata seguinte é que estariam contempladas as correções àquela mesma ata. Que o procedimento seria o mesmo desde sempre. ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** que ao ouvir a explicação dada a ata seria retirada. ----------

---- Interveio a **Coordenadora Técnica, Olívia Eulálio** esclarecendo que era muito difícil conseguir-se até traduzir o que até já teria sido dito ali, naquelas intervenções, portanto pedia ao Sr. Presidente da Assembleia que pedisse para as alterações pretendidas serem remetidas aos serviços por escrito, para as devidas correções. ----------

---- Interveio o **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia** esclarecendo que o costume seria fazer-se as correções ali mesmo. No entanto, dado o número de incorreções naquela ata o melhor seria fazer o que era costume até aquela data.

---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho**, que disse já ter tido alguns problemas com as atas e que inclusivamente já teria ouvido gravações e que não batiam certo o que era dito com o que era escrito. No entanto, posteriormente, eram feitas as correções. Na sua opinião se naquele dia fosse aberto um precedente seria um problema que se estaria a criar. Mais disse, que nunca mais teria recebido os documentos em papel como ele havia pedido e, por isso, disse não votar em mais nenhuma pois não teria nenhum documento em suporte de papel para poder analisar e posteriormente votar. ----------

---- Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** e sugeriu que aquela ata deveria ser alterada e fazendo-se alusão naquela ata para se poder ver as alterações na ata seguinte. ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** dizendo que iria retirar aquela ata de votação perante a explicação dada pela coordenadora técnica. ---

---- Interveio o Sr. Prof. **Nelson Cadete** dizendo que aquela situação seria uma exceção e que futuramente o melhor seria não publicar as atas sem as devidas correções. ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** promovendo a ideia de haver uma conferência de líderes, para assim, se poder decidir o que melhor fazer. ----------

---- De seguida a ata em questão foi retirada para posterior correção. ----------

---- -ATA DE 16 DE JULHO DE 2018 ----------

-----A ata n.º 5, de 16 de julho de 2018, foi submetida à apreciação dos Membros da Assembleia. ----------

---- Interveio o Sr. Prof. **Paulo Grego** falando acerca dos títulos dos deputados, dizendo que não haveria no seu entender necessidade do mesmo, ou seja, que o melhor seria apenas o nome próprio. ----------

---- VOTAÇÃO ----------

---- Colocada a votação a ata nº5 16 de julho de 2018, foi a mesma com abstenção do Sr Dr Francisco Reigota. Não votaram Vera Manco e Hugo Gomes por não terem estado na reunião.

---- A ata foi aprovada por maioria ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** pedindo a palavra para o Sr. Vereador Nélson Maltez, poder responder a uma questão que teria sido colocada pelo Vereador Dr. Martins numa reunião de Câmara e posteriormente colocada numa reunião de Assembleia. Mais disse, que na altura não se teria respondido pois, estaria em segredo de justiça. E naquele dia já haveria condições para uma resposta que seria dada de seguida pelo Sr. Vereador Nélson Maltez. ----------

---- Interveio o Sr. Vereador **Nélson Maltez** que leu o seguinte texto: ----------

-----"Em 26/09/2017 em plena campanha eleitoral para as Autárquicas 2017, foi recebido da candidatura do Dr. Martins um email dirigido ao senhor Presidente da Câmara cujo teor aqui reproduzo: ----------

-----"Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Mira, Dr. Raul Almeida, --------

-----Tendo chegado ao nosso conhecimento factos relativos a um loteamento no Bairro Norte, que a serem verdade reputamos de muito graves, e para evitar especulação infundada, muito agradecemos que com a brevidade desejável nos esclareça da eventual alienação dos terrenos pertencentes ao Município de Mira (lotes 10 e 11 do referido loteamento).----------

-----Com os melhores cumprimentos, ". ----------

-----Dado que a competência nesta matéria foi subdelegada na minha pessoa, sendo eu o autor de todos os despachos constantes no processo de licenciamento de obras em causa, fui de imediato questionado pelo Dr. Raul Almeida que me encarregou de elaborar resposta. Prontamente respondi em mail datado do dia seguinte que aqui reproduzo na íntegra:----------

-----"Prezado Dr. Martins,----------

-----Atento ao pedido de esclarecimentos oriundos da sua candidatura e conforme instruções do Sr. Presidente da Câmara, venho esclarecer o seguinte:

1 – No que toca ao documento anexo, verificamos que contém relevante e importante informação para esclarecer este imbróglio uma vez que não foi possível localizá-la nos serviços municipais sendo para nós totalmente desconhecida. Aguardaremos serenamente que a fonte anónima saia do anonimato e esclareça o Ministério Público da localização de tão relevante informação que deveria encontrar-se arquivada nos serviços municipais e não noutro local.----------

-----2 - A este respeito foi possível localizar duas cartas do Sr. José Ferreira Lajas datadas de 31/07/2009 e outra de 01/03/2010 das quais não foi possível encontrar resposta do executivo de então. ----------

-----3 – Não será difícil ao Ministério Público localizar o autor ou autores da carta anónima uma vez que o documento anexo reproduz documentos obtidos fraudulentamente e de forma ardilosa junto dos serviços municipais. O autor ou autores da carta anónima disporão por certo de outros elementos importantes para que os decisores deles possam formular juízos sustentados. ----------

-----4 – No que respeita ao licenciamento e emissão do alvará de obras respeitante ao imóvel referido podemos garantir que observou todos os requisitos legais face à documentação apresentada pelo requerente. De facto, tendo presente a documentação em causa, nomeadamente a certidão do prédio que lhe serviu de base, não era possível emitir outra decisão que não o deferimento do pedido. Como bem sabe, até por já ter exercido responsabilidades nesta área em executivos anteriores, a documentação em causa é da exclusiva competência e responsabilidade das Conservatórias do Registo Predial.----------

-----5- Por último, garantir-lhe que aguardaremos serena e tranquilamente investigação do Ministério Público na expetativa que tal investigação traga luz a todo este processo.----------

-----Na expetativa de ter sido esclarecedor e mantendo-me ao seu inteiro dispor sobre o assunto, apresento-lhe os meus sinceros cumprimentos. ----------

-----Apesar do esclarecimento e de me colocar ao seu inteiro dispor para qualquer esclarecimento suplementar, até porque seria um interlocutor privilegiado porque exerceu durante seis anos funções autárquicas em tudo semelhantes às que eu vinha exercendo, a candidatura do Dr. Martins, a candidatura do Partido Socialista, optou por enveredar uma campanha difamatória da minha pessoa com vista a prejudicar a candidatura do Dr. Raul Almeida. ----------

-----No decurso do corrente ano civil fui alvo de averiguações por parte de uma brigada da Polícia Judiciária sendo-me imposto o segredo de justiça. Não obstante, nesse período, já elementos ligados à candidatura do Partido Socialista, sabiam da presença, no meu gabinete, dos referidos agentes. Na reunião seguinte esta presença foi questionada com não contida satisfação pelo vereador Dr. Martins e secundada na Assembleia Municipal pelo deputado municipal André Gomes que se encarregou de dar a devida conta da sua interpelação através das redes sociais. Não pude responder de imediato a nenhum dos dois por estar obrigado ao dever de sigilo pelo segredo de justiça que me foi imposto.----------

-----Um despacho da digníssima magistrada do Ministério Público datada de 25.10.2018 veio pôr fim a esta situação. Nele é afirmado e passo a citar: " Assim, concluímos que não existem nos autos elementos que indiciem que tenham sido praticados factos subsumíveis nos crimes de corrupção ativa e passiva, de prevaricação de titulares de cargo político, de participação económica em negócio ou de abuso de poderes." ----------

-----Por outro lado, o citado despacho é bem claro quanto à origem da denúncia: "Este inquérito teve início com a denúncia de fls. 2, da autoria da candidatura autárquica do Partido Socialista de Mira." Nunca seria legítimo da minha parte concluir que uma carta anónima vinculasse a candidatura do Partido Socialista. Foi a candidatura do Partido Socialista que a ela voluntariamente se vinculou.--

-----Posto isto, resta-me deixar para o conhecimento público o teor integral do Despacho do Ministério Público para que todos os cidadãos possam fazer os seus juízos, solicitando apenas a esta Assembleia que o reproduza integralmente, para memória futura, na ata da presente reunião. Tenho plena consciência que o cargo que ocupo me submete a um escrutínio da atividade autárquica que exerço podendo esta atividade merecer a aprovação ou reprovação dos munícipes. Mas não prescindo do direito de defender o maior dos ativos herdados da minha família de origem: o direito ao bom nome. Até que alguém prove o contrário, e estou seguro que isso nunca acontecerá, não fui e não sou corrupto nem ativa nem passivamente. ----------

-----Por último uma curta reflexão sobre este episódio. No nosso ordenamento jurídico o ónus da prova compete a quem acusa. Não no caso das cartas anónimas. A este respeito deixo para reflexão um excerto de um artigo de opinião do jornalista Marcos Sá com o qual me identifico plenamente: "Não pode valer tudo nas redes sociais, assim como, também não pode valer tudo numa democracia. E o nosso sistema está a ficar dominado pela disseminação de mentiras e pela denúncia anónima, mais precisamente, pelo método escabroso, aceite pelas autoridades, e denominado de carta anónima. Ninguém dá a cara, mas enquanto se coloca, estrategicamente, lama no nome de terceiros, independentemente da falsidade dos atos, alguém é paralisado e posto em causa, tendo que se defender, muitas das vezes, sem sequer saber muito bem do quê nem porquê. Os bufos, da ditadura, andam por aí e não é só nas redes sociais. Andam por todo o lado!" ----------

---- Interveio o Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** esclarecendo todos os deputados da Assembleia para a folha de autorização que estaria distribuída e teria como finalidade o envio de convocatória para as futuras Reuniões de Assembleia através de e-mail. Ressalvou que se algum dos elementos daquela Assembleia não autorizasse aquele envio, fizesse chegar essa informação no mesmo documento que seria recolhido pelos serviços no final daquela reunião.

---- Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** fazendo uma chamada de atenção no Documento do Orçamento estaria um valor incorreto num quadro. Seria somente nesse quadro que estaria o lapso de escrita, assegurou o mesmo. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros das Juntas de Freguesia para as habituais intervenções. ----------

-----INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA JUNTAS DE FREGUESIA: ----------

-----Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira,** mencionando a situação dos jacintos, pois como era conhecimento de todos aquela praga propagou-se por toda a região, especificamente no concelho e mais concretamente a sua freguesia. Questionou que medidas teriam sido tomadas pelo executivo nos últimos tempos para combater/ controlar aquela situação. Qual seria então a estratégia a ser tomada para aquele fim. ----------

---- Em relação à Barrinha, questionou qual seria a visão para a resolução daquele assunto. ----------

---- Questionou acerca da Lusiaves, ou seja, qual seria o ponto de situação até aquele dia e quais foram as diligências tomadas. ----------

---- Disse ter continuado a haver algumas descargas de saneamento nos principais cursos de água, bem como em Cantanhede. Questionou o que é que o Município teria feito sobre aquela matéria nos últimos meses. Salientou que o Presidente se teria comprometido, logo que a tivesse em sua posse, a fornecer uma listagem das descargas que estariam registadas pelas "Águas do Centro Litoral", mas que, até aquele momento ainda nada tinha sido disponibilizado. ---

---- Questionou se o Município já teria intentado algum processo judicial sobre aquela matéria contra alguma instituição, entidade ou pessoa. ----------

---- Recordou que no próximo dia 08 de dezembro seria realizada a Majestosa procissão em Honra da Nossa Senhora da Conceição e que com isto, o executivo teria acordado que limparia as areias da Avenida Arrais Batista a sua questão remetia-se para saber se iria haver alguma intervenção, para tentar perceber se

no dia seguinte teria de fazer intervenções porque o tempo estaria escasso. ---- ---- Interveio o Sr. **Gabriel Pinho, Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos** que começou por agradecer à CIM, Câmara Municipal, Sr. Presidente e ao Vereador do Pelouro da Cultura, por se ter conseguido trazer o "Comediante, Pedro Tochas" no passado dia 2, e que teria sido casa cheia. ----- ---- Pediu uma intervenção na Rua da Fonte, devido às raízes dos pinheiros que teriam levantado a estrada e onde já teria ocorrido um acidente. ---------- ---- Disse ter sido questionado de como teria sido possível, aquando da execução da Zona Industrial Polo I, haver um limite de 25 metros da faixa de rodagem da estrada que iria para os Carapelhos, enquanto na EN109 era de 50 metros. Mas agora com o novo nivelamento alguém questionou a respeito dos que teriam alinhamento pelo antigo e outros teriam de ter pelo novo. Estaria qualquer coisa de errado àquele respeito. ---------- ---- Disse que várias pessoas o questionariam, de como seria possível as pistas ciclo pedonais estivessem naquela situação de degradação. Deu exemplo da rua junto ao Canal, algumas árvores ainda estariam atravessadas nas pistas, alguns cepos de árvores por ali deixados entre outras coisas. Em resposta aquelas questões, disse que haveria um protocolo entre a CMM e as Juntas de Freguesia, nomeadamente, naqueles casos, Juntas de Freguesia da Praia de Mira e Mira. Questionou assim, se o protocolo seria para cumprir ou não, uma vez que a Junta de Freguesia dos Carapelhos estaria a cumprir com o seu. ----- ---- Interveio o Sr. Prof. **Artur Fresco, Presidente da Junta de Freguesia de Mira** iniciou a sua intervenção a falar da Rua Francisco Tavares e que à semelhança de obras que teriam sido feitas (saneamento e alcatroamento) na Rua Nova do Salão (perto do Intermarché) disse ter ficado um bocado de estrada para acabar junto àquela primeira rua. Posto aquilo, gostaria de saber porque razão não teria sido concluído se faltaria poucos metros. ---------- ---- Disse voltar a fazer referência à rua do Rio, mais concretamente à ponte pedonal, pois já se teria chegado ao inverno e a vala tinha mais caudal e seria

impossível realizar as obras que seriam necessárias. Só que naquele momento havia a agravamento da situação uma vez que a base de sustentação do tabuleiro da ponte também já estaria a ruir e já se teria um buraco com cerca de 1 metro, teria solicitado que se colocassem lá grades e sinalização. Na sua opinião devia-se vedar o trânsito pedonal, bastaria os serviços deslocarem-se e verificarem a situação "in loco". ----------

---- Os habitantes do Ramalheiro teriam feito queixas em relação à fábrica que se encontrava a laborar na Zona Industrial do Montalvo. As queixas provinham na sua maioria do ruído que se fazia sentir durante a noite. Na sua opinião dever-se-ia estudar uma solução, como por exemplo colocar uns painéis antirruído para minimizar aquela situação.----------

---- Interveio o Sr. Dr. **Tiago Cruz, Presidente da Junta de Freguesia do Seixo Mira** questionando se haveria algum problema a nível informático no Município de Mira, pois, teria enviado cerca de 6/7 e-mails com vários assuntos e disse não ser digno de pelo menos um aviso de receção ou de alguma resposta. ----------

---- **Finda a ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.** ----------

-----INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA): ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** que começou por responder ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira dizendo que, obviamente, todos sabiam que os jacintos de água seriam um problema, uma espécie invasora e que ao longo de muito tempo seria uma preocupação. Disse que naquele dia, na Figueira da Foz, teria visto a mesma praga que nós tínhamos. Com a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) teria tido uma reunião naquele âmbito e que uma das alterações/revisões orçamentais que iam aquela Reunião de Assembleia seria por causa da limpeza e estabilização das linhas de água. Ter-se-ia falado também, na possibilidade de fazer um estudo para irradicação

ou pelo menos redução dos jacintos de água. Esse desafio seria lançado a técnicos e professor universitário que estaria naquela reunião para aquele fim, bem como para as "canas" que estariam no Lago do Mar. Teriam ficado de se juntar novamente no início do ano, para uma primeira análise/solução. Mais disse, naquele mesmo dia teriam sido deslocadas máquinas para fazer, novamente aquela limpeza. Disse ainda, que teria todo o gosto em que se reunissem para se poder debater e tentar arranjar uma melhor solução para aquele problema. ----------

---- Em relação à Lusiaves disse que naquele momento saberia que haveria uma conferência, ou seja, entidades a discutir aquele assunto. Disse que o único parecer que teria entrado na CMM até ao momento teria sido o da cultura e ontem teria chegado uma resposta do Governo ao Partido dos Verdes, não haveria, portanto, mais nenhuns documentos para além daqueles dois. ----------

---- Afirmou saber que haveria uma emissão de um parecer nas próximas semanas, parecer esse que seria geral ou seja, de todas as entidades que já teriam contacto com a CCDR, entidade que regularia o estudo do Impacto Ambiental e que iria fazer todas as compilações de todas as informações e iriam reunir todas as entidades à mesa para se elaborar e enviar um parecer final. ----

---- No que diria respeito às descargas teria sido enviado um ofício no final de outubro para a Secretaria de Estado em que o Senhor Secretário de Estado teria dito que viria a Mira no final de setembro e com esse ofício querer-se-ia saber qual seria o ponto de situação relativamente às descargas. Entretanto, teria estado com o Sr. Secretário de Estado e teria ficado marcado uma reunião marcada com todas as partes (Município de Mira, Município de Cantanhede, Águas do Centro Litoral) no dia anterior, mas por questões pessoais do Sr. Secretário de Estado teria sido adiada para o dia seguinte para as 16:00, em Lisboa e seria aí que seriam apresentados resultados, causas, entre outras coisas. Saber-se-ia que teriam andado técnicos por cá, portanto seriam apresentadas soluções e as causas. ----------

---- Assegurou que as limpezas para as festas da "Nossa Senhora da Conceição" seriam feitas, quer a limpeza dos jacintos, quer a limpeza da avenida. ----------
---- Em resposta ao Sr. Gabriel Pinho disse que a raiz na Rua da Fonte teria de ser verificada e analisada para saber o que se faria. ----------
---- Explicou que haveria um novo projeto para a Zona Industrial e ter-se-ia um novo plano de pormenor. E nesse ter-se-ia legalizado/enquadrado algumas situações que ali existiam. Haveria um quadro – síntese de afastamentos que teria, inclusive sido corrigido e sido trazido para ser aprovado em Assembleia. --
---- A competência das pistas ciclo pedonais teria sido atribuída às juntas de freguesia, no entanto, devido ao temporal algumas das árvores que teriam caído não estariam a obstruir as vias, relativamente às raízes, seriam questões a resolver com o ICNF e quem tiraria as mesmas do local. Já se teria enviado para a CCDR o mapa com a relação de prejuízos, estar-se-ia a aguardar respostas. -
---- Em resposta ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Mira disse que a Rua Francisco Tavares seria terminada no próximo mês de janeiro. A ponte pedonal, teria que enviar ao local os serviços para se verificar e reportar como estaria a situação para se poder proceder à sua reparação. ----------
---- O barulho na zona do Montalvo teria que se resolver com a empresa e verificar na realidade de onde viria o ruído para assim, se solucionar o problema.
---- Relativamente, ao orçamento participativo, a comissão já se teria reunido, mas teria havido um problema, pois teve-se de adaptar o programa ao RGPD (Regulamento Geral da Proteção de Dados) por causa da questão do cartão de cidadão. E seria feito as propostas de 15 de dezembro a 15 de janeiro e depois em fevereiro seria feita a votação do orçamento participativo. Inclusive o Partido Socialista deveria indicar o nome de outro deputado pois, o deputado André Gomes teria apresentado suspensão. ----------
---- O protocolo da zona industrial do Polo I estaria para breve e que o mesmo seria levado à Assembleia Municipal logo que estivesse concluído. ----------

---- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota, Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira,** ressalvando que não teria sida dada a resposta relativamente à listagem das descargas de efluentes. ----------

---- Respondendo o Sr. **Presidente da Câmara** disse que poderia enviar a listagem por e-mail. Ressalvou que naquele momento estaria a aguardar-se por uma solução do Senhor Secretário de Estado. ----------

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para a 1ª ronda de intervenções.----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) cumprimentando todos os presentes e iniciou a sua intervenção questionando se já haveria resultados a nível do ruído na Zona Industrial do Montalvo. ----------

---- Ressalvou o mau estado da ponte pedonal que o Presidente da Junta de Freguesia de Mira teria referido anteriormente. ----------

---- Aludiu para o marco de correio que foi retirado aquando das obras no centro da vila e que não teria sido colocado corretamente, pois não estaria seguro. ----

---- Referiu que o Fim-de-ano teria sempre algum sucesso, mas pensa que primeiro se deveria "ter a casa arrumada", pois estariam obras/rapações por todo o concelho e que se deveria ter prioridade nesse tipo de situações (exemplo: rotunda dos Leitões; ponte do Cabeço de Mira; entre outros). ----------

----- Questionou acerca da mensalidade praticada nas Piscina Municipal, ou seja, se com feriados e faltas o valor seria sempre o mesmo. ----------

---- Interveio a Sr.ª Prof.ª **Vera Manco,** começou por cumprimentar todos e começou por constatar que ainda, haveriam várias árvores caídas nas vias ciclo – pedonais, tais como, no parque de merendas do Casal São Tomé e que o mesmo estaria destruído. ----------

---- Salientou para o facto de a sinalética estar a precisar de ser reposicionada e colocada alguma nova. ----------

---- Interveio o Sr. **Carlos Nora** (PS), começou por cumprimentar todos os

presentes e iniciou a sua intervenção felicitando o seu colega André Gomes por aquele, desde o passado dia 27 de novembro, fazer parte da equipa do ministério da economia. ----------

---- Felicitou ainda, a Confraria dos Nabos por mais um aniversário e da sua mais valia para o concelho. ----------

---- Aludiu para o grande investimento que seria feito na passagem de ano, visto que iriam ser 3 dias e que viriam alguns milhares de pessoas mas teria que se dar uma imagem de belíssima Mira, mas de facto o que aconteceria era que na sua opinião na Praia de Mira estariam "coisas" ao abandono, deu o exemplo da Lota e das tábuas que se vão degradando e consequentemente caindo. Disse não saber quem seria a culpa, no entanto, a CMM teria a obrigação de repostar aquela situação a quem de direito. ----------

---- Disse que ainda bem que já se estaria a fazer alguma coisa por causa dos "jacintos", nomeadamente, a sua retirada. ----------

---- Alertou para a quantidade de árvores que estariam na "Santa Zita", caídas e que na sua opinião aquela situação estaria a ser desprezada. ----------

---- Questionou se a CMM teria tomado alguma providência para a questão dos "ratos" que estariam por todo o concelho e seria necessária uma desinfestação.

---- Relativamente ao sentido único na rua do Areal, disse batalhar há muito tempo para a mesma ter um só sentido visto que a mesma seria um perigo tendo os dois sentidos. ----------

---- Interveio a Sra. **Zélia Morais** (PS) que começou por na estradas e no seu mau estado por todo o concelho e que na sua opinião teriam que ser requalificadas, deu o exemplo da estrada de Carromeu de Cima, pois esta estaria com muitos buracos, ranhuras entre outras. Era merecido um "tapete". Questionou "para quando", um alcatroamento na Rua do Moínho no Ramalheiro, dada a necessidade que aquela estrada teria. ----------

---- Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da

Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL):----------

-----O Sr. **Presidente da Câmara** em resposta ao deputado André Monteiro, disse que o marco de correio da Avenida 25 de Abril iria ser visto pelos serviços na semana seguinte para ver o que seria necessário fazer. ----------

-------- Referiu que iria agrupar algumas perguntas que os senhores deputados teriam falado que remeteria para a tempestade Leslie e os incêndios e para enquadrar aquela questão começou por dizer que teria sido apurado cerca de 2 milhões de euros de prejuízos em infraestruturas públicas. Provavelmente, o nosso concelho teria sido o mais afetado por aquelas duas intempéries. Disse que se teria respondido a tudo o que se conseguiria até aquele momento. Quis agradecer aos funcionários e técnicos da CMM que até ao momento faziam o que podiam. ----------

---- Acrescentou que teria procedimento aberto para aquisição de sinais novos que teriam ardido e afetados pela tempestade Leslie. Relembrou que viria naquele dia uma revisão orçamental de 90 mil euros para a ponte pedonal do Casal de São Tomé, uma máquina de praia, uma varredoura, entre outros. ------

---- A candidatura que contemplaria todas aquelas aquisições acima descritas teria de ser submetida até ao próximo dia 31/12/2018. ----------

---- Respondeu que na maioria das questões relativas às árvores caídas, aquelas seriam na sua maioria responsabilidade do ICNF, dando o exemplo das que teria caído sobre a pista ciclo-pedonal e que só depois de muita pressão é que aquela entidade foi remover as mesmas. No sítio da Santa Zita as árvores que ali se encontram seriam, também da responsabilidade do ICNF apenas podendo ser removidos com a sua autorização. ----------

---- Na rotunda dos Leitões, teriam estado lá no dia anterior duas pessoas uma da área de serralharia e outra da construção civil para se poder fazer uma

intervenção. Explicou que não se teria retirado o que lá estava porque ao mexer naquela madeira seria pior pois, ela iria desfazer-se toda. O mais correto era fazê-lo aquando a intervenção para ficar tudo no sítio correto. ----------

---- Voltou a referir que o orçamento seria o espelho das consequências do que o nosso concelho teria sofrido. ----------

-----2.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: -----

---- Interveio o Sr. **Hugo Gomes** (PS) começou por cumprimentar todos e pedir desculpa pelo seu atraso. Questionou acerca CRO Municipal (Centro de Recolha Oficial) e qual seria o ponto de situação, pois, teria visto no orçamento municipal uma verba no valor de 50 mil euros para aquele efeito. Queria saber se aquela verba teria sido a que teria sido dada à associação "Amigos dos Animais" no orçamento participativo e enfim, gostaria de saber mais informações acerca daquele assunto. ----------

---- A segunda questão que queria fazer, remeteu-se ao dia 9 de novembro em que teria lido no jornal "Diário As Beiras" sobre Autarquias Familiarmente Responsáveis, em que mais de metade dos Municípios de Coimbra teriam tido esse galardão e infelizmente o Concelho de Mira não o obteve. Queria saber qual a posição da CMM quanto aquele assunto. ----------

---- Interveio o Sr. Dr. **Paulo Grego** (PS) e referiu que um dos assuntos que queria falar era da ponte no Cabeço de Mira, assunto que já se teria falado à pouco, no entanto, disse achar que a CMM e a Proteção Civil deveriam tomar medidas e que passaria a seu ver, interditar a passagem na mesma. ----------

---- Outro assunto que queria falar era acerca das escolas, sobretudo com a alimentação nas mesmas. Haveria uma coisa que o preocupava que era a falta de água nas escolas. A seu entender dever-se-ia alterar o caderno de encargos mesmo que com isso os pais tivessem de pagar um pouco mais. Faltar água para beber é que não poderia acontecer e naquele momento faltaria água nas escolas. Naquela mesma semana ter-lhe-ia sido pedido para levar um garrafão de 5l para a escola e a seu ver estaria mal. Referiu que a culpa não seria da

CMM, pois mesmo mudando de empresa todos os anos, pagando o que se pagaria nenhuma empresa iria ser boa. Para uma refeição com o mínimo de boa qualidade o valor nunca poderia ser aquele que se pagaria atualmente. Dosear água é que nunca poderia ser. Por isso pede para a CMM intervir junto da empresa responsável. ----------

---- Uma vez que estaria a falar das escolas, voltaria a referir que a situação do pagamento da fatura, que tenderia teimosamente em não haver possibilidade de pagamento por débito direto, deveria ser seriamente repensado. ----------

---- Por último, o contrato com as empresas de restauração deveria ser reformulado de uma vez por todas acerca dos falsos auxiliares educativos, pois estar-se-ia a brincar com o fogo. Seria impossível ter uma pessoa que era funcionária da empresa da restauração, apanhar os miúdos nas escolas e levá-los para o exterior. Seria importante fazer alguma coisa aquele respeito. ---------

---- Interveio a Sra. Prof. **Clara Clemente** (PSD) que começou por cumprimentar todos e questionou acerca de quem iria retirar as podas das árvores que estariam no estacionamento do posto médico da Barra de Mira, pois os utentes não teriam onde estacionar aquando da ida ao mesmo. Por isso, queria saber a quem pediria essa responsabilidade. ----------

---- A segunda situação seria relativamente à chegada de centenas de pessoas para a festa de final de ano na Praia de Mira, dizendo que achava bem mas uma vez que a Barra de Mira seria uma saída da A17 para a Praia de Mira era necessário fazer manutenção às estradas secundárias, nomeadamente, a estrada do canal. Mais disse, a mesma não estaria em segurança para se circular, nomeadamente, "canas" e acácias que necessitariam de corte uma vez que já se encontrariam em cima da estrada. Pediu para se ter em conta a má sinalização e os buracos ali existentes relembrando que já teriam ido automóveis parar ao Canal devido aos mesmos. ----------

-----Finda a segunda ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da

Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----2.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): ----------

-----O Sr. **Presidente da Câmara** em resposta à deputada Zélia, começou por dizer que haveriam muitas estradas a necessitar de manutenção, disse que haveria necessidade de fazer um plano de investimento iria ser feito, assegurou. Ter-se-ia de ter em conta a prioridade de algumas (segundo uma avaliação a ser feita) visto que o dinheiro não daria para todas. ----------

---- Relativamente CRO, disse haver aquela situação falada com a Associação dos Animais e que há cerca de uma, duas semanas, teria chegado um ofício da Direção Regional de Agricultura, bastante "agradável" para as nossas pretensões. Nesse mesmo ofício dizia que autorizavam a construção do canil, atendendo algumas condições e condicionantes impostas. ----------

---- Relativamente às Autarquias Familiarmente Responsáveis disse que iria analisar aquela situação, mas disse saber de algumas críticas que teriam sido feitas e que teriam de ser melhorados alguns aspetos relativamente aquele prémio, pois, a nossa autarquia teria medidas relativamente ao número de filhos que consequentemente baixa o IMI e também deu o exemplo da ajuda com uma bolsa de estudo para estudantes universitários. ----------

---- Em resposta ao deputado Paulo Grego que teria recebido uma resposta para a questão da falta água e que confirmaria que teria havido por duas vezes aquela situação nas escolas. No entanto, como não lhe teria sido reportada até aquele momento a situação iria inteirar-se pessoalmente do que se teria passado. ------

---- Esclareceu que a situação das podas teria que ser reportada à Junta de Freguesia da Praia de Mira, no entanto, disponibilizou-se para os serviços irem lá retirá-las. Disse que se fazia a articulação com as Juntas, ou seja, a CMM faria as podas e a Junta iria retirar aquele material. ----------

----- No que diria respeito à estrada do canal, disse que se iria tapar os buracos

que houvessem. Teria que haver um entendimento com a Junta de Freguesia da Praia, em relação à limpeza das bermas das canas. ----------

---- Interveio o Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira que deu uma informação complementar relativamente às podas, seria certo que os serviços da Câmara teriam disponibilizado a equipa de sapadores bem como a dos jardineiros para realizar aquele serviço pelo concelho, mas na Barra de Mira teriam iniciado as podas mas não teriam concluído. Faltaria, ainda, podas em duas árvores no início daquela freguesia. Assim que a CMM termine aquele serviço articula-se o resto com a Junta de Freguesia. O estacionamento não estaria todo ocupado, mas sim uma só parte dele. ----------

---- Interveio a Sra. Prof. **Clara Clemente** (PSD) dizendo que quando chovia devido ao pavimento, fazia-se uma poça muito grande de água e portanto, não se estacionaria ali. Salientou que se estivessem à espera que as podas estivessem concluídas estaria "toda a vida" à espera que aquela situação se resolvesse. ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou de seguida ao "Período da Ordem do Dia". ----------

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA (Artigo 53.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)**:** ----------

-----PONTO UM: APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA E SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2, DO ART.º 25.º, DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO ----------

-----O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra aos Membros da Assembleia para as habituais intervenções.----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:----------

-----Interveio o Sr. Eng.º **André Monteiro** (MAR) e referiu os pagamentos que estariam em atraso que que quando se fazia os planos estes deveriam de ser cumpridos, pois era para isso que seriam feitos. ----------

---- Fez alusão à página número 23 no ponto onde se poderia ler "...restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos..." queria saber um pouco mais acerca do mesmo. ----------

---- Interveio o Sr. Dr. **Francisco Reigota** que fazendo uma análise superficial faria uma leitura curiosa que seria na página número 7 poder-se-ia verificar que teria existido um aumento significativo do pagamento de indemnizações resultantes da Responsabilidade Civil Extracontratual do Município, nomeadamente, poder-se-ia concluir que as nossas vias estavam em muito mau estado e daí o acréscimo naqueles problemas. As faltas de manutenção das mesmas sairiam caro porque ter-se-ia de gastar o dinheiro de outra forma. ------

---- Poder-se-ia ver os processos judiciais pendentes, página 8 por exemplo o processo 177/18.9BECBR de responsabilidade civil extracontratual no valor de 23 291,57€, em que na ressalva que apareceria que para a CMM o pagamento seria Possível parcialmente, ou seja iria sair caro porque aquelas situações iriam começar a ser regulares e iriam haver acidentes com os carros e aí o dinheiro que se pagaria em indemnizações deveria ser aplicado em manutenções para atenuar as mesmas. ----------

---- Questionou acerca da página número 9 os Processos administrativos 41/10 e o 19/2012 teriam sido "Denúncia dos vereadores da oposição PSD" em que o arguido seria o Município de Mira. Gostaria, assim, de saber que processos seriam aqueles e em que ponto de situação se encontrariam. ----------

---- Na página número 47 poderia ver-se uma tabela de pagamentos em atraso em que a evolução não seria positiva. Fez referência a outubro de 2013 em que o valor de pagamentos em atraso era 17 417.65€ e outubro de 2017 em que o valor de pagamentos seria de 224 896.41€ que seria o que o Sr. Presidente deixaria se deixasse de ser Presidente. No entanto, haveria também um valor excessivo em outubro de 2018 no valor de 369 344.74€. Haveria indicadores que que por mais engenharia financeira que se fizesse mostravam que algo não iria bem. ----------

-----Finda a primeira ronda de intervenções, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas. ----------

-----1.ª INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL): ----------

-----Interveio o Sr. **Presidente da Câmara** respondendo ao deputado André dizendo que aqueles agentes Bióticos teriam sido de uma candidatura feita Programa de Desenvolvimento Regional 2020 que seria financiado a 100% e que já se encontraria a decorrer, que seria a limpeza das áreas ardidas. ----------

---- Referiu que a execução orçamental andaria na ordem dos 80%, o que seria exigido aos municípios que cumprissem 85%. Salientou que seriam poucos os que conseguiriam cumprir. ----------

---- Em resposta à análise feita pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira disse que, se deveria analisar numa perspetiva global. Fez referência à página 44, ao quadro número 14 "Compromissos por Pagar" que seria aquilo que daria o total do que se teria de pagar. No presente ano ter-se-ia diminuído 1 milhão de euros e aquela seria a tendência de decréscimo de compromissos por pagar. Disse que ao se ter falado em outubro de 2013, lembra que a dívida à banca teria diminuído e assim a capacidade de endividamento teria aumentado. Disse que se iria chegar ao final do ano melhor e com uma condição financeira de não recorrência a mecanismos especial e correção financeira, como teria sido feito em anos anteriores. Disse que se teve cuidados financeiros, contenção e alguma correção. ----------

---- Os processos administrativos (planos de pormenor) seriam relativamente ao Miravillas e ao Miraoásis, mas já algum tempo que não teria quaisquer novidades acerca dos mesmos. No entanto, se poderia tentar saber algo mais para dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira acerca dos mesmos. ----

---- O Sr. **Presidente da Mesa da Assembleia** passou ao ponto dois da ordem do dia. ----------